

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
FERREIRA DO ZÊZERE

1/1

Reg. em 20/11/2018  
N.º 12041

A Chefe da D.A.S.I.

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

Praça Dias Ferreira

2240-341 FERREIRA DE ZÊZERE

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Data

S16119-201811-P

16.05.05.02.000006.1999

12-11-2018

ASSUNTO: Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ferreira do Zêzere- Envio do Parecer Final

Junto envio o parecer final sobre a proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, para efeitos do estipulado no artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

Este parecer, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo, é acompanhado pela Ata da reunião da Comissão Consultiva (CC), que se realizou no passado dia 29 de outubro. Por sua vez, a citada Ata integra os pareceres emitidos pelas entidades da comissão consultiva e outras consultadas sobre a proposta de plano apresentada.

Com os meus cumprimentos

O Presidente

Anexo: Parecer citado



**PARECER FINAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 85.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO (RJIGT), À PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE FERREIRA DO ZÊZERE**

**1. ENQUADRAMENTO DO PARECER**

O PDM de Ferreira do Zêzere foi publicado em Diário da República a 20 de dezembro de 1995 pela RCM n.º 175/95 (DR n.º 292 IS-B), tendo sido objeto de 6 alterações, a última das quais através do Aviso n.º 10258/2017, de 05/09 (DR n.º 171, IIS).

O procedimento de revisão deste PDM teve início em junho de 1999, tendo a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CM FZ), apresentado proposta de plano na 1ª reunião plenária da Comissão Consultiva (CC) realizada no dia 17 de julho de 2018.

A CC foi constituída por despacho do Presidente da CCDR-LVT de 10 de março de 2016, publicitado pelo Aviso n.º 4303/2016, publicado em Diário da República n.º 62, 2ª série a 30 de março de 2016 e integra um representante das seguintes entidades e serviços: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CMFZ), Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere (AM FZ), Câmara Municipal de Tomar (CMT), Câmara Municipal de Ourém (CMO), Câmara Municipal de Vila de Rei (CMVR), Câmara Municipal de Alvaiázere (CMA), Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (CMFV), Câmara Municipal da Sertã (CMS), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT), Turismo de Portugal, I.P. (TP), Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I.P. (ARS-LVT) e Direção -Geral do Património Cultural (DGPC).

Na reunião da CC, realizada no dia 17 de julho de 2018, considerou-se que deveriam ser consultadas sobre a proposta de plano as seguintes entidades: Guarda Nacional Republicana (GNR), Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Direção Geral do Território (DGT), Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), ANACOM, Direção Geral Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Direção Geral das Infraestruturas do Ministério da Administração Interna (DGI-MAI), Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFJ), Instituto da Segurança Social (ISS), Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Energias de Portugal (EDP), Redes Energéticas Nacionais (REN), Tagusgás, Águas do Vale do Tejo, SA e Resitejo.

A 29 de outubro de 2018 realizou-se a 2.ª reunião da CC, em conferência procedimental, para ponderação e votação da proposta de plano, conforme disposto na alínea b) do ponto 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. Na ata dessa reunião ficou expressa, para além das posições manifestadas pelas entidades, a deliberação final da CC de sentido favorável condicionado à satisfação das questões de legalidade e à ponderação das questões identificadas nos pareceres emitidos, que foram anexos à citada ata.

Nos termos do disposto no artigo 85.º do RJIGT compete agora à CCDR, no prazo de 15 dias, a elaboração do parecer final, o qual traduz a decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública e aborda os seguintes aspetos:

- Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Conformidade ou compatibilidade da proposta com os programas territoriais existentes;
- Relatório ambiental.

Este parecer, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 85.º, é acompanhado pela ata da 2.ª reunião da CC que, por sua vez, integra os pareceres emitidos pelas entidades da CC e consultadas. Nesse sentido, e uma vez que todas as pronúncias fundamentam e descrevem detalhadamente as matérias que carecem de melhoramento ou retificação, este parecer final constitui uma sistematização, nos aspetos referidos no artigo 85.º do RJIGT, das entidades que teceram observações ou levantaram questões, a acautelar no desenvolvimento do processo.

## 2. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS

A – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – LBPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT (DL n.º 80/2015, de 14 de maio) e diplomas complementares relativos à instrução do processo.

**A1. Conteúdo documental e material (artigos 96.º e 97.º do RJIGT, conjugado com o disposto nos artigos 10.º a 21.º)**

Relativamente ao conteúdo material e documental da Proposta de plano disponibilizada várias entidades teceram observações, sugerindo que algumas peças da Proposta sejam retificadas ou completadas. De destacar o exposto em diversos pareceres sobre a necessidade de articulação de conteúdos das diversas peças.

Indicam-se as principais observações feitas sobre as diversas peças do plano.

### A1.1 Estudos de Caracterização

A proposta disponibilizada integrou um conjunto de Estudos de Caracterização Sectoriais que mereceram observações por parte da CCDR-LVT, da ANPC, da DGPC, das Infraestruturas de Portugal, do LNEG e da Tagusgás que se prendem, genericamente, com o rigor e a atualização da informação disponibilizada.

### A1.2 Relatório de Fundamentação

Este documento foi objeto de várias críticas, visando suprir a ausência, e/ou retificar/aperfeiçoar a informação sobre alguns aspetos, claramente expressas nos pareceres da CCDR-LVT, do ICNF, da APA, da ANPC, da DGPC, da DRAPLVT, das Infraestruturas de Portugal, do Turismo de Portugal e do LNEG, o que implicará a retificação deste Relatório, ainda que não estando expresso nos pareceres.

### A1.3 Regulamento

Genericamente entendeu-se que a proposta de regulamento estava bem estruturado, contemplando as disposições mínimas necessárias à definição de um quadro estratégico de desenvolvimento territorial. Todavia detetou-se um conjunto de insuficiências, relativas à sua legibilidade, legalidade e de aperfeiçoamento as quais se encontram identificadas nos pareceres emitidos pela CCDR-LVT, pelo ICNF, pela APA, pela ANPC, pela DGPC, pela DRAPLVT, pelo IAPMEI, pelas Infraestruturas de Portugal, pelo Turismo de Portugal, pela DGEG, pela DGT, pela EPAL, pelo IN Reabilitação e pelo LNEG.

### A1.4 Planta de Ordenamento

Esta planta apresenta-se desdobrada em 2 cartas, sendo: Classificação e Qualificação do Solo e Zonamento Acústico. Mereceu observações nos pareceres da CCDR-LVT, do ICNF, da APA, da DGPC, da DRAPLVT, das Infraestruturas de Portugal, do Turismo de Portugal, da DGEG e da DGT e que devem ser acauteladas no desenvolvimento do processo.

### A1.5 Planta de Condicionantes

Esta planta está desdobrada em 2 cartas, sendo: Recursos Naturais, Património e Infraestruturas e Risco de Incêndio e Áreas Florestais Percorridas por Incêndios. Carecerão de retificação, particularmente face às apreciações da CCDR-LVT, da APA, do ICNF e da DRAPLVT

### A1.6 Programa de Execução e Plano de Financiamento

Estas peças constituem apenas um documento e foram objeto de observações, claramente expressas no parecer emitido pela CCDR-LVT. Considera-se que estas peças carecem de ponderação e devida retificação, em articulação com as disposições do regulamento. De observar que no parecer da REN se refere não estarem previstos investimentos da sua responsabilidade no concelho de Ferreira do Zêzere nos próximos anos.

### A1.7 Relatório Ambiental

Foi apresentado o Relatório Ambiental, nos termos do referido na alínea h) do n.º 1 do art.º 6.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, e conforme disposto no art.º 85.º do RJIGT, dando satisfação formal ao legalmente estabelecido. Para efeitos de conteúdo do plano, verifica-se terem sido respeitadas as disposições aplicáveis. O conteúdo do Relatório Ambiental é avaliado no ponto 4 deste parecer.

### A1.8 Outros Elementos que acompanham o Plano

Relativamente aos elementos complementares do plano, deverá a CMFZ acautelar também o mencionado nos pareceres emitidos, particularmente sobre a desatualização de alguns diplomas indicados, alguns lapsos e faltas nas peças escritas e desenhadas.

## **A.2- Outras disposições do RJIGT**

### A2.1 - Monitorização e Avaliação (LBPPSOTU - artigo 57.º e RJIGT – n.º 4 do artigo 97.º e Capítulo VIII)

A proposta integra indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a sua avaliação, ocorrendo alguns reparos proferidos pela CCDR-LVT e pelo Turismo de Portugal

### A2.2 - Harmonização dos interesses e articulação com outros programas e planos (RJIGT - artigos 8.º, 9.º e 22.º a 24.º e do DR n.º 15/2015 artigo 12.º)

Da leitura dos pareceres emitidos, verifica-se que algumas entidades questionaram a devida a harmonização dos diversos interesses públicos nos pareceres emitidos, nomeadamente a CCDR-LVT, a APA, a DRAPLVT e o Turismo de Portugal, alertam, para a necessidade de compatibilizar a Proposta com alguns dos instrumentos de gestão territorial, em particular com o POACB, e concomitantemente com o PROTOVT, cumprindo a totalidade das orientações e diretrizes procedidas deste.

Acresce que a CCDR-LVT alertou para o facto de a Proposta, para além de não estar devidamente articulada com o plano de pormenor e plano de urbanização que se pretendem manter.

## **B. CONCEITOS - DR n.º 9/2009, de 29 de maio**

Este DR define os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, que são de utilização obrigatória nos instrumentos de gestão territorial. No parecer da CCDR-LVT e da DRAPLVT, ainda que não se veja desrespeito pelo diploma, sugere-se a alteração do artigo do Regulamento relativo a *conceitos*, visando incluir nele todos os conceitos omissos na sua definição.

## **C. CARTOGRAFIA - DR n.º 10/2009, de 29 de maio,** face à data de início do procedimento

Nenhuma entidade, incluindo a DGT, colocou qualquer objecção sobre a cartografia, para além dos reparos feitos sobre retificações nas peças fundamentais do plano.

**D. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO - DR n.º 15/2015, de 19 de agosto**

Este diploma vem estabelecer os critérios de classificação e reclassificação do solo e de qualificação do solo rústico e do solo urbano. Várias entidades pronunciaram-se sobre aspetos da classificação e qualificação do solo, ainda que nem todas façam referência a este diploma.

De destacar o exposto nos pareceres da CCDR-LVT, do ICNF, da APA e da DRAPLVT, onde se regista que a proposta carece de correção.

**E. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL - REN - DL n.º 166/2008 de 22 de agosto, com a redação dada pelo DL n.º 239/2012 de 2 de novembro e RCM n.º 81/2012 de 3 de outubro, retificada pela Declaração de retificação n.º 7/2012 de 30 de novembro**

A CMFZ apresentou, em simultâneo com a proposta de revisão do PDM, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 11.º e 15.º do DL 166/2008, com a redação dada pelo DL 239/2012, uma proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a sua área concelhia.

Verificou-se que a proposta de delimitação da REN carece de correções, face aos pareceres emitidos pela CCDR-LVT e pela APA.

**F. RUÍDO - DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro (RGR), Alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e DL n.º 146/2006, de 31 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 57/2006, de 31 de agosto**

Esta matéria mereceu observações pertinentes na apreciação feita pela CCDR-LVT, onde se refere a existência de omissões e incoerências nos elementos da proposta, que implicam a necessária reformulação, visando a conformidade da proposta com o Regulamento Geral do Ruído.

**G. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL - RAN - DL n.º 73/2009 de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentado pela Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril**

Nos termos dos procedimentos previstos no DL n.º 73/2009, foi apresentada uma proposta de delimitação da RAN para o concelho de Ferreira do Zêzere. A proposta de exclusões da RAN é objecto de diferentes apreciações por parte da DRAPLVT, sublinhando esta entidade a necessidade destas áreas possuírem a categoria de espaço adequada.

**H – RESÍDUOS - DL n.º 178/2006, de 5/09 (RGGR), alterado pelo DL n.º 173/2008, de 26/08, pela Lei n.º 64A/2008, de 31/12, pelos DL n.º 183/2009, de 10/08 e n.º 73/2011, de 17/06, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31/12, e pelo DL n.º 75/2015, de 11/05.**

No parecer da CCDR-LVT observa-se que a Proposta carece de clarificação, particularmente quanto aos ECD e Regulamento, referindo-se ainda à valorização dos resíduos no âmbito das áreas actividades económicas.

**I - DIMENSIONAMENTO DE ESPAÇO PÚBLICO - Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março**

Esta Portaria fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva. O Turismo de Portugal alerta para a eventual insuficiência do dimensionamento previsto, para o uso turístico, no caso de áreas de estacionamento.

**J- ACESSIBILIDADE - Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**

Este diploma aprova o regime das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais. O Instituto Nacional para a Reabilitação foi consultado sobre a Proposta, pronunciando-se e alertando para a importância de garantir direitos e promovendo a qualificação urbana. Nenhuma das outras entidades levantou qualquer reparo sobre o respeito por este diploma.

**K - CARTA EDUCATIVA - Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro**

Este DL, para além de regulamentar os conselhos municipais de educação, aprova o processo de elaboração de carta educativa, estipulando no n.º 3 do artigo 19.º, que este documento integra o plano diretor municipal respetivo, estando, nestes termos, sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação.

No parecer da CCDR-LVT regista-se que a proposta de plano foi acompanhada pela Carta Educativa mas desatualizada, não cumprindo assim os objetivos da sua inclusão nos documentos do plano. A Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares foi consultada mas não emitiu qualquer parecer à proposta.

**L – OUTRA LEGISLAÇÃO sectorial e relativa a Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP)**

O concelho de Ferreira do Zêzere é abrangido por diversas servidões e restrições de utilidade pública, cujos regimes haverá que acautelar, nos termos referidos pelas entidades competentes. Sem desmerecer o exposto por todas as entidades, e que deve ser acautelado no desenvolvimento da proposta, destaca-se o referido nos



pareceres do ICNF, da APA, da DGPC e das Infraestruturas de Portugal, devendo ser diligenciados os devidos contactos com a EDP Distribuição – Energia SA, conforme sugerido pela EDP – Serviço Universal.

### **3. CONFORMIDADE ou COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO COM os PROGRAMAS TERRITORAIS EXISTENTES**

Nas apreciações feitas pelas entidades da CC e consultadas referem-se diversas questões que se prendem com o respeito e a compatibilidade da proposta com estes instrumentos, sendo aqui de destacar o expresso pela CCDR-LVT, pela APA, pelo Turismo de Portugal e pela DRAPLVT relativamente ao POACB e/ou PROT-OVT. Saliente-se ainda o enunciado pelo ICNF, quanto PROF Ribatejo.

No desenvolvimento da proposta de plano deverá a CMFZ, atender às observações feitas pelas entidades, visando a compatibilidades da proposta com os restantes instrumentos vigentes.

### **4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL**

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, conjugado com o n.º 2 do artigo 97.º do RJIGT.

Como atrás se referiu a proposta de plano foi acompanhada pelo Relatório Ambiental nos termos do referido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, e conforme o disposto no artigo 85.º do RJIGT, dando satisfação formal ao legalmente estabelecido. De acordo com o n.º 4 do artigo 85.º do RJIGT o parecer final integra a análise sobre o Relatório Ambiental apresentado.

De relevar que sobre o Relatório Ambiental, a CCDR-LVT, a APA e a DGPC, referem a necessidade de atender a um conjunto de observações e contributos, implicando a necessidade de retificação deste documento.

### **5. CONCLUSÃO**

A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere apresentou a proposta de revisão do seu Plano Diretor Municipal, para efeitos do disposto no artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (RJIGT), a qual foi objeto de apreciação pelos diversos membros da Comissão Consultiva (CC), bem como de algumas entidades oportunamente consultadas.

Das apreciações feitas pelas **Entidades da CC à Proposta de plano** evidenciam-se algumas lacunas, quanto ao cumprimento de normas legais aplicáveis, e verifica-se não se encontrar integralmente assegurada a conformidade/compatibilidade com outros Instrumentos de Gestão Territorial vigentes. Atentas as suas competências específicas:

- Emitiram **Parecer Favorável** as seguintes entidades: Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, Câmara Municipal de Ourém, a Câmara Municipal de Tomar, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação IP, a
- Emitiram **Parecer Favorável Condicionado**, à satisfação das questões especificadas nos respetivos pareceres, as seguintes entidades: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Região de Lisboa e Vale do Tejo - CCDR-LVT, a Direção Geral do Património Cultural - DGPC, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. - ICNF, as Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Turismo de Portugal.
- Emitiram **Parecer Desfavorável** a Agência Portuguesa do Ambiente/ARH Tejo e Oeste e a DRAPLVT, face à proposta não se encontrar em conformidade com o PROTOVT e com o POACB e não cumprir o RJRAN, não respeitando as disposições legais aplicáveis.
- **Não se pronunciaram** as Câmaras Municipais de Figueiró dos Vinhos, Alvaíazere, Sertã, Vila de Rei e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - ARS-LVT, pelo que face ao disposto no n.º 3 do artigo 84.º do RJIGT, considera-se que nada tem a opor à proposta de plano.

Relativamente às **Entidades externas consultadas**, verifica-se que

- Emitiram **Parecer Favorável**, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça IP e o Instituto Português do Desporto e Juventude IP;
- Emitiram **Parecer Favorável Condicionado** à observação das questões suscitadas nos respetivos pareceres a Direção Geral de Energia e Geologia – DGEG, a Direção Geral do Território – DGT, o Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia – LNEG, as Redes Energéticas Nacionais – REN, as Águas do Tejo, o Instituto Nacional para a Reabilitação – INR, e a Tagusgás, SA;
- **Não se pronunciaram:** a Direção Geral das Infraestruturas do Ministério da Administração Interna - DGAI, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGESTE, o Instituto de Segurança Social - ISS, a – Autoridade Nacional de Comunicações – ANACOM, a Guarda Nacional Republicana e a Resitejo, SA. Face ao disposto no n.º 3 do artigo 84.º do RJIGT, considera-se que estas entidades nada têm a opor à proposta de plano.
- A EDP Serviço Universal, comunicou que apenas procede à comercialização da energia elétrica, sobre a matéria em apreço, devera pronunciar-se a EDP Distribuição – Energia SA.

Sobre a proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional, verifica-se que a CCDR-LVT sugere correções tendo a APA emitido parecer favorável condicionado.

A proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional, observadas as exclusões propostas, também carece de correção face ao teor dos pareceres da DRAPLVT e da CCDR-LVT.

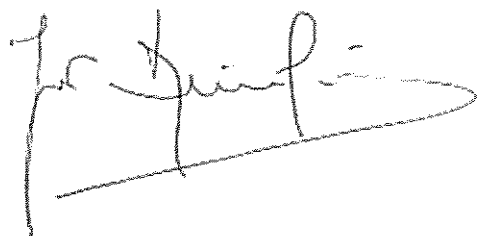
Quanto ao Relatório Ambiental, verifica-se que foram apresentadas observações relevantes ao seu conteúdo, particularmente pela CCDR-LVT, pela DGPC e pela APA, tendo a CC entendido ser de emitir parecer favorável condicionado à ponderação das questões colocadas pelas diversas entidades.

A Comissão Consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, após ponderação das diferentes posições manifestadas, nos termos do artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e da alínea b) do n.º1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, deliberou emitir parecer favorável condicionado à satisfação das questões de legalidade e à ponderação das questões identificadas, conforme explicitado nos pareceres de cada uma das entidades.

Assim, da análise feita à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere e ao Relatório Ambiental, a CCDRLVT, para os efeitos do disposto no artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e após ponderadas as diferentes posições manifestadas pelas entidades e os interesses em presença, emite **parecer favorável condicionado** à satisfação das questões de legalidade e à ponderação das matérias enunciadas, conforme referido nesta apreciação e claramente explicitado nos pareceres anexos à Ata da Conferência Procedimental, que acompanha este Parecer Final.

CCDRLVT, novembro de 2018

O Presidente



João Pereira Teixeira

**Anexo:** Ata da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva, realizada a 29 de outubro de 2018 e Pareceres emitidos.

**N.º ENTIDADES DA COMISSÃO CONSULTIVA**

- CC CCDR-LVT (parecer plano, parecer REN, com ficheiro excel)
- CC Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere
- CC Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere
- CC Autoridade Nacional de Proteção Civil
- CC Agência Portuguesa do Ambiente (tabela anexa)
- CC Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- CC Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
- CC Turismo de Portugal
- CC Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
- CC Infraestruturas de Portugal

CC	Administração Regional de Saúde LVT
CC	Direção-Geral do Património Cultural
CC	Câmara Municipal de Alvaiázere
CC	Câmara Municipal de Tomar
CC	Câmara Municipal de Ourém
CC	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
CC	Câmara Municipal de Sertão
CC	Câmara Municipal de Vila de Rei

**N.º ENTIDADES CONSULTADAS**

EE	IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
EE	EGFEJ – Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP
EE	INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, IP
EE	DGT - Direção Geral do Território
EE	DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia
EE	DGAI – Direção Geral das Infraestruturas do Ministério da Administração Interna
EE	ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
EE	DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
EE	ISS – Instituto da Segurança Social, IP
EE	LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia
EE	EDP – Energias de Portugal
EE	REN - Redes Energéticas Nacionais
EE	GNR – Guarda Nacional Republicana
EE	Águas do Vale do Tejo - EPAL
EE	TAGUSGAS, SA
EE	Resitejo SA